

Em debate, um novo local

Daniella Fernandes

O projeto do arquiteto Oscar Niemeyer para construção da Praça da Soberania, no canteiro central da Esplanada dos Ministérios, está dividindo opiniões entre arquitetos e órgãos de defesa do patrimônio histórico da cidade. No meio da polêmica, iniciada na semana passada, a sugestão de outro lugar para o monumento nasce como uma possível solução.

O espaço entre a Rodoviária e a Esplanada dos Ministérios é o local indicado pelo projeto de Niemeyer para a construção da praça, que terá um obelisco triangular de cem metros de altura, além de um estacionamento subterrâneo para 3 mil veículos. Mas, de acordo com o tombamento da cidade, a área não permite nenhuma construção.

Por lei, a Esplanada dos Ministérios é uma área tombada como patrimônio histórico da humanidade, título que recebeu da Unesco, em 1987. A portaria 314 da Lei 3751/60, inciso V, proíbe a construção de qualquer edificação na área: "Nos terrenos do canteiro central verde são vedadas quaisquer edificações acima do nível do solo existente, garantindo a plena visibilidade ao conjunto monumental".

Mesmo que a portaria dê aos arquitetos Lúcio Costa e Niemeyer o direito de fazer modificações no projeto de Brasília, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) reafirma que vai defender o tombamento da área. "Aquele local não é edificante, a obra fere o tombamento regional e nacional", afirma Augusto Gastal, diretor do órgão.

Segundo ele, ainda não é o momento para o Iphan tomar

"Aquele local (a Esplanada dos Ministérios) não é edificante, a obra fere o tombamento regional e nacional"

AUGUSTO GASTAL, DIRETOR DO IPHAN

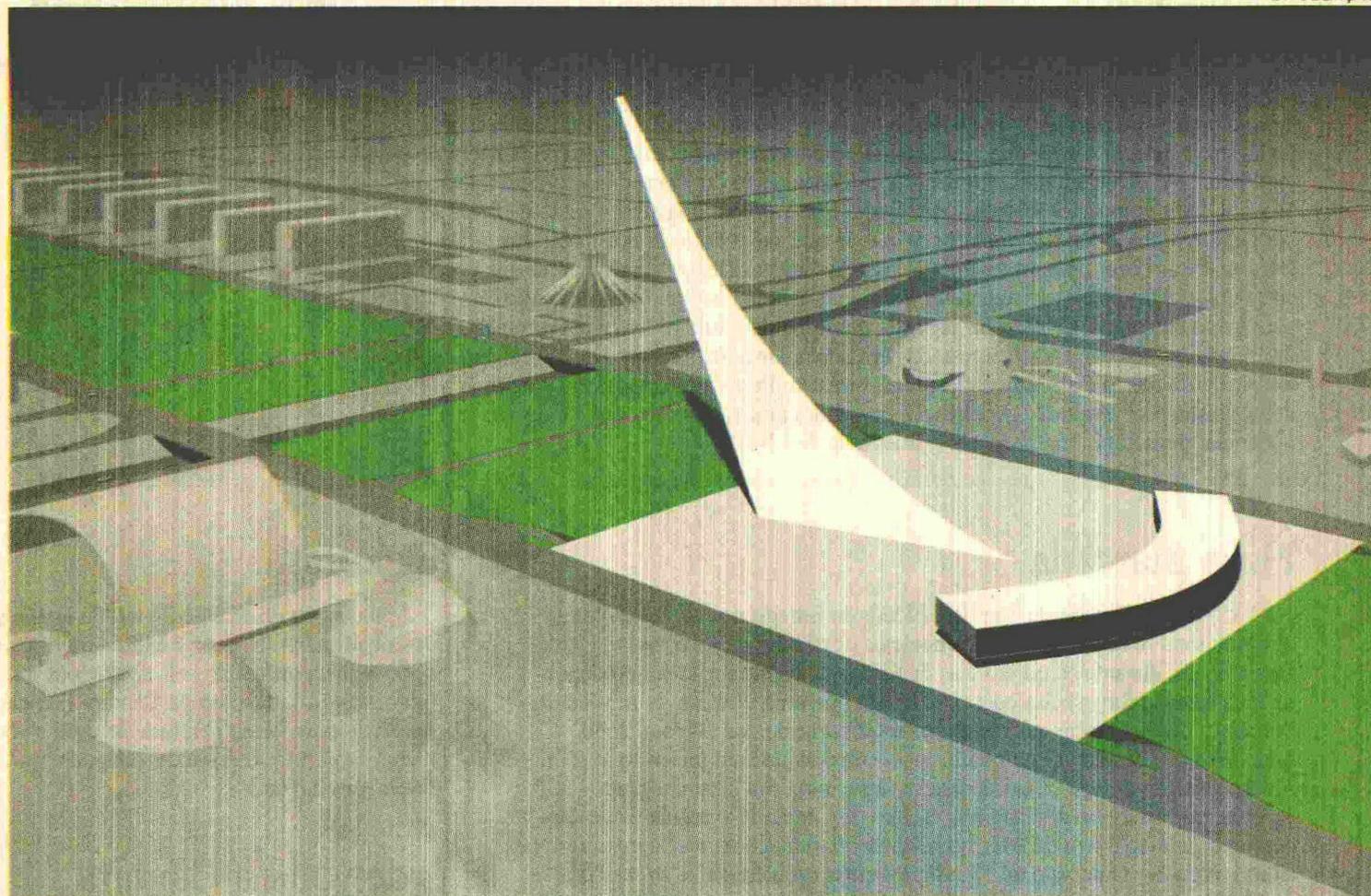
providências. "Em um momento oportuno vai ocorrer uma conversa com o GDF para discutir o assunto", explica Gastal.

O governador José Roberto Arruda, que recebeu o projeto de Niemeyer para ser realizado em comemoração aos 50 anos de Brasília, disse que vai continuar ouvindo opiniões antes de tomar alguma decisão.

■ Alternativas

Entre as opiniões divergentes nascem sugestões para que o projeto de Niemeyer possa ser realizado em um espaço que seja permitido. O lugar apontado seria um dos quadrantes, áreas vagas, entre a Rodoviária e o Memorial JK.

A idéia foi apresentada pelo secretário Especial do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF), o historiador Jarbas Silva Marques. De acordo com ele, a obra pode ser realizada, mas em outro local. "A obra é muito bonita, digna de completar o projeto



■ PROJETO DO ARQUITETO OSCAR NIEMEYER PREVÊ A CONSTRUÇÃO DE PRAÇA, QUE TERÁ UM OBELISCO TRIANGULAR DE CEM METROS DE ALTURA

arquitetônico de Oscar Niemeyer. Mas o que foi tombado e deve ser respeitado é o projeto urbanístico de Lúcio Costa."

Na opinião de Jarbas, a construção de um prédio de cem metros de altura no meio da Esplanada dos Ministérios acabaria com a visibilidade do Congresso Nacional. Para Lúcio Costa, a primeira coisa a ser vista por quem chega na Rodoviária são torres gêmeas do Poder Legislativo.

"Ficaria perfeito se esse monumento ficasse ali próximo ao Cruzeiro, apontando para o nascente", completa Jarbas.

Outros profissionais da área de arquitetura de Brasília acreditam que a idéia pode ser uma opção para que o projeto seja realizado. No entanto, a professora do Departamento de Arquitetura da Universidade de Brasília (UnB) Sylvia Ficher diz que essa não é apenas uma questão de proibição e espaço, mas sim de democracia.

"Há um monopólio na arquitetura da cidade. Porque não tornar as coisas transparentes, abrindo um concurso público nacional, ou até mesmo internacional, onde to-

dos os arquitetos poderiam participar", defende ela.

Sylvia também faz parte do Conselho de Planejamento Territorial do DF (Conplan) e é autora de um artigo sobre o projeto. O artigo, publicado em uma revista digital na internet, teve grande repercussão. Nele, Sylvia diz ser contrária à construção da praça, que desprivilegia o projeto inicial de Lúcio Costa de deixar o canteiro central verde e livre de edifícios.

■ Legalidade

Um inquérito foi instaurado na última segunda-feira pelo

procurador da República no DF Francisco Guilherme Bastos, para apurar a legalidade e regularidade do projeto.

Na última terça-feira, o Ministério Público estipulou um prazo de dez dias para que o GDF e o Iphan, a contar da dada de entrega do ofício, apresentem detalhes e opiniões sobre o projeto de Niemeyer.

O arquiteto que desenhou os prédios da cidade disse que vai defender seu projeto até o fim. Ele adiantou que vai juntar argumentos que comprovem o seu direito de modificar o projeto da Esplanada dos Ministérios.